

HAVERIA UMA “REFORMA” PSIQUIÁTRICA NA INFÂNCIA? A PSIQUIATRIZAÇÃO DO DISCURSO ESCOLAR E A PATOLOGIZAÇÃO DA INFÂNCIA

Michele Kamers¹

RESUMO

Ao contrário do discurso atual na área da saúde mental, em que vislumbramos claras mudanças produzidas a partir da reforma psiquiátrica e do movimento da luta antimanicomial, na área da saúde mental infantil, parece que o movimento é justamente contrário, na medida em que há um evidente processo de psiquiatrização do discurso escolar e de patologização da infância. A partir de um trabalho que desenvolvemos na clínica escola de psicologia, em que realizamos um trabalho de escuta no grupo de pais e oficinas com crianças e adolescentes, percebemos que as queixas dos pais em relação aos seus filhos sempre vêm acompanhadas de algum diagnóstico médico. É comum escutarmos, meu filho é hiperativo e não sei mais o que fazer com ele, porque a escola me cobra por isso. Aqui há, no mínimo, três questões: 1) A identidade do filho é a hiperatividade, como é uma doença, é assunto para algum especialista resolver. 2) Parece que enquanto a escola não cobra, os pais não se incomodam muito. Tanto que eles acabam buscando ajuda porque a escola solicitou ou porque o conselho tutelar ou o ministério público exigiu. 3) Os pais não relacionam a cobrança da escola, nem o comportamento do filho com eles mesmos. Ao escutarmos os pais, percebemos que por trás do diagnóstico médico está uma renúncia educativa dos pais que acaba se convertendo em demanda de tratamento médico. Dito de outro modo, como esperar da criança que ela tenha uma organização de sono se os adultos não delimitam uma rotina de horários? Como esperar que ela não tenha uma (hiper) atividade se os adultos demandam que ela faça inglês, natação, música, judô, etc.? A partir

1. Psicanalista, mestre em psicologia e educação USP, professora do departamento de psicologia Furb, coordenadora do serviço de assistência à infância da clínica escola de psicologia – FURB e coordenadora da PIS em psicologia hospitalar FURB e HSC.

destes questionamentos nos confrontamos com uma realidade um tanto paradoxal: Desde que a criança aprenda e se adapte, não importa muito que isso se dê a base de medicação. E mais, se antes o medicamento mais prescrito para as crianças era a ritalina, atualmente, esta está sendo substituída pela risperidona. Nesse sentido, o que temos constatado é que a produção da loucura na infância têm se dado desde muito cedo, num processo que poderíamos designar da seguinte maneira: renúncia educativa dos pais – cobrança da escola – acionamento do conselho tutelar – exigência de medicação para manter a criança na escola = diagnóstico médico e patologização da infância. Por isso, a pergunta é: haveria uma reforma “psiquiátrica” na infância?

Palavras-chave: Reforma psiquiátrica. Renúncia educativa. Patologização da infância.